



Resistência Camponesa

Jornal da Luta Combativa
dos Camponeses Pobres

Número 16

Maio/2008

www.resistenciacamponesa.com

Valor: R\$ 0,25

Abaixo a criminalização e perseguição aos camponeses de Rondônia



Manifestação ao final do 4º Congresso da LCP em Corumbiara - 2005. A mobilização dos camponeses em busca da terra vai continuar

Pistoleiros assassinam camponeses e autoridades não tomam providências

Seis pistoleiros da família Catâneo atacaram camponeses que estavam em cima de um caminhão passando pela linha 02, no município de Campo Novo e assassinaram o motorista. **Leia mais na pág. 20**



Nesta edição:

Editorial pág. 02

Cartas pág. 03

Luta pela terra pág. 04

Entrevista com a LCP pág. 12

Quem são os bandidos em Rondônia? pág. 16

Problema com a bebida, pág. 22
existe uma saída: o AA!

Ler e escrever, é preciso aprender! pág. 23

Lula quer vender a Amazônia pág. 24



Leia, divulgue e defenda o jornal

Toda terra a quem nela trabalha!

Editorial

A história da luta pela terra em nosso país tem início com a invasão portuguesa em 1500 e a resistência dos povos indígenas contra a dominação e pela defesa de seu território. Nos séculos seguintes foram os negros africanos que se levantaram contra a escravidão dos senhores de terras organizando os Quilombos.

No século XIX e início do XX ocorreram lutas pela terra importantes como Canudos, na Bahia (1870-1897) e Contestado em Santa Catarina (1912-1916). Outros movimentos ocorreram no nordeste como Caldeirão, Pau de Colher e também o cangaço como forma de resistência dos camponeses contra a miséria e opressão dos "coronéis" latifundiários.

A partir de 1940 surgem lutas com um caráter político mais definido, as mais importantes foram Trombas e Formoso, em Goiás (1952-1958) e a de Porecatu, no Paraná (1957).

No final dos anos 50 surgem no nordeste as Ligas Camponesas que organizam dezenas de milhares de camponeses na tomada de engenhos. As Ligas Camponesas tiveram um importante papel na luta pela terra e seu crescimento colocou a reforma agrária como questão nacional de primeira ordem e radicalizaram a luta de classes no país com a palavra de ordem "reforma agrária na lei ou na marra".

Já na década de 80 e início dos anos 90 a retomada da luta pela terra dá origem a sindicatos de trabalhadores rurais e um novo impulso nas tomadas de terras. Neste período ocorrem lutas importantes como Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996).

Portanto o problema agrário em nosso país é um problema nacional nunca resolvido e que demanda superação. Ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, onde a revolução burguesa concluiu a reforma agrária, aqui a burguesia manteve a estrutura latifundiária intacta.

Segundo dados do IBGE, dos 5,5 milhões de propriedades tituladas, 50% pertencem a 23 mil latifundiários o que corresponde a apenas 1% de todos os proprietários. O total de terras tituladas está em torno de 380 milhões de hectares e apenas 21% delas são pequenas propriedades e pertencem a 90% do total de proprietários.

O Brasil possui uma das maiores concentrações de terras do mundo e se acentua cada vez mais, à medida que a monocultura para exportação concentra as melhores terras em suas mãos

expulsando os trabalhadores do campo.

A propaganda do governo com os records na exportação de grãos escondem a dura realidade de que com o agronegócio o Brasil continua como há 5 séculos atrás, ou seja, mero fornecedor de matéria prima barata.

A Amazônia é a última fronteira agrícola que resta para a expansão do plantio da soja e criação de gado, ao mesmo tempo existe forte cobrança internacional pela sua conservação para que potências estrangeiras explorem todas suas potencialidades. Neste ponto se chocam interesses de poderosos grupos na disputa pela exploração da floresta e do subsolo da Amazônia.

Os ataques contra os camponeses perpetrados pela imprensa, bando de pistoleiros acobertados pela polícia, todos a soldo do latifúndio, além dos órgãos repressivos e judiciários de um Estado sob o controle dessa mesma classe parasita, não podem ser analisados fora do contexto de agudização dessas contradições entre as frações das classes dominantes sobre o problema da Amazônia.

A campanha caluniosa visa desqualificar o conflito como problema agrário do país, criminalizando os que lutam pela terra para justificar todo tipo de ataques e matanças contra os camponeses que vivem e trabalham nesta região. No fundo querem a expulsão dos camponeses da Amazônia, pois sabem que estes são os únicos capazes de defendê-la e que ameaçam seus interesses.

De nada adianta tratar a luta pela terra como caso de polícia, enquanto não distribuírem as terras a quem nela trabalha os camponeses continuarão lutando e o conflito ganhará proporções gigantescas e mobilizará milhões de camponeses em todo o país clamando pela Revolução Agrária. 🇧🇷



Cartas

Não aceitamos esta humilhação

No dia 16 de agosto de 2007 surgiu um incêndio a mais de 1700 metros de meu lote. Eu estava no barraco com meu neto de 9 meses e com minha filha caçula de 14 anos. Quando avistei o incêndio me assustei e pensei logo na minha lavoura de café. Neste dia minha família ficou até as 10 horas da noite tentando apagar o fogo.

O incêndio queimou 500 covas de banana, 200 pés de café já produzindo e 500 pés de mandioca.

No dia 18, agentes da SEDAM chegaram no meu barraco pedindo documentos, eu estava apavorada, eles falaram que eu era responsável pelo incêndio e me obrigaram a assinar uma multa de 20 mil reais. Meu marido não estava em casa.

Pediram para que eu fosse até Nova Mamoré junto com outras duas famílias vizinhas, multadas no mesmo dia.

Fomos para Guajará-Mirim. No IBAMA, o chefe nos explicou que era só na SEDAM. Quando fomos na SEDAM o chefe não estava, só um representante. Falamos que éramos de Jacinópolis, ele se assustou e começou a gaguejar, pediu para procurar o promotor de justiça, que nós precisávamos de um advogado, aí eles pediram que a gente procurasse a SEDAM de Nova Mamoré. Quando chegamos lá explicaram para o meu marido, que teria que recorrer antes de vencer 20 dias da multa, caso não fizesse isso eu seria presa. Comecei a chorar.

Nós temos 6 mil covas de banana variadas, 4 mil pés de café produzindo, moramos aqui há 4 anos, as pessoas aqui são trabalhadores. Queremos quebrar a liminar do estado. Não aceitamos esta humilhação.

Elza F. Garcia - Moradora de Jacinópolis

Nós não destruimos a natureza

Na região de Jacinópolis temos uma grande produção. Quando só existiam latifúndios aqui não havia produção. No ano passado enquanto 80 famílias derrubaram 40 alqueires para produzir, a fazenda Botelho derrubou 700 alqueires e a produção deles foi jogar semente de capim pra criar boi.

Nós não destruimos a natureza como eles falam, nós construímos. Quando derrubamos para plantar o arroz, o milho, feijão, café, cacau, além das frutas e hortas, estamos matando a fome de centenas de pessoas que antes viviam jogadas nas cidades.

Armando Menezes - Morador de Jacinópolis

Que os camponeses não curvem a cabeça

Ocupamos uma área de terra que é da União em 2003, logo que começamos a trabalhar fomos perseguidos por Odailton Martins que é chefe de pistolagem da fazenda Mutum.

Em 2004, guaxebas colocaram madeireiros para retirar a madeira de 21 marcações e depois nos despejaram alegando ser área de reserva. Fomos ameaçados por policiais com armas pesadas e obrigados a deixar a área, queimaram uma pilha de arroz de 25 metros. No dia, estávamos apenas em 3 companheiros.

Um tempo depois voltamos para a área, plantamos café, milho, feijão, arroz, banana e as famílias todas produziram. Novamente houve uma liminar de despejo. Tratores foram usados para destruir tudo que tínhamos.

Em dezembro de 2007 voltamos para a área, eu vivo da terra, me dispus de corpo e alma ocupar a área, plantei 200 covas de banana, milho, arroz, cana, frutas. O pistoleiro Odailton Martins e policiais de Jaci-Paraná nos colocaram na rua e queimaram os barracos. No outro dia fiz o barraco no mesmo lugar e não arredei. Voltaram com a polícia de Porto Velho e um oficial de justiça, eu estava moendo um café na casa do vizinho, fui ameaçado, algemado, tomaram minhas ferramentas. Eu disse ao oficial de justiça que não podia invadir a casa de uma pessoa sem autorização e que ele estava passando por cima da lei. Ameaçaram até os vizinhos por nos apoiarem.

Fui parar no Urso Branco, tocaram boi na minha roça e perdi tudo. Fiquei três meses preso, depois fui transferido para Machadinho, onde fiquei mais um mês preso.

Tenho 60 anos e devido a isto estou doente com pneumonia.

Não é possível no meio de tanta terra e água os camponeses passarem necessidade. Nosso estado é dominado por latifundiários que são os grandes derrubadores.

O INCRA não faz nada! E nós não abrimos mão.

O objetivo nosso é se unir com fé e coragem, junto com a LCP, vamos pra cima do que é nosso! Quando a gente luta por terra lutamos por vida. Que os camponeses não curvem a cabeça e se juntem, como um braço forte e daremos um grito só contra a fome e a miséria e ocuparemos todas as terras do latifúndio.

Firmino Gomes - Nova Conquista
União Bandeirantes

Luta pela terra

Jacinópolis: toneladas de produção

Em Jacinópolis 2 (Campo Novo), desde 2003 as 40 famílias tomaram as terras e cortaram os lotes por conta. Hoje quase todas construíram casas. Vão produzir 300 sacas de arroz, 1000 sacas de milho, 500 sacas de feijão, 17 mil pés de café plantados, cacau, gado, porco e galinha.

No acampamento José e Nélio (Nova Mamoré), em 2006 as famílias retomaram parte das terras da fazenda Condor. Este ano foram plantados 46 mil pés de café. Além do plantio de urucum, plantio de cacau, existem outros plantios menores. As famílias vão colher uma média de 1000 sacas de arroz, 500 sacas de milho, 800 sacas de feijão, 12 mil pés de banana. Por mês saem 4 caminhões de banana para Porto Velho, além de outros produtos.



Sorteio dos lotes na área José e Nélio. Camponeses cortam as terras por conta

No mês de abril sofreram vários ataques e ameaças de pistoleiros.

No último dia 19 de abril, quatro camponeses saíram de carro do acampamento e foram seguidos por uma caminhonete que os ultrapassou. Um pouco depois perceberam que ela estava estacionada logo depois de uma ponte. Temendo ser uma emboscada, eles fizeram um retorno imediatamente quando perceberam que tinha outra caminhonete atrás deles. Dois deles escaparam pelo mato.

Depois, dois camponeses da área Lamarquinha foram abordados na estrada por homens que mandaram recado para os camponeses do acampamento Terra Boa saírem do acampamento.

No dia 21 de abril, 18 homens encapuzados, fortemente armados invadiram o acampamento, renderam todos, bateram em dois acampados com coronhadas de carabina na cabeça, causando ferimentos que sangraram muito.



Nas áreas de Jacinópolis, camponeses produzirão mais de 100 toneladas de arroz, além de outros cultivos

Na área Capivari (Campo Novo) desde junho de 2006 as 50 famílias retomaram a área após vários despejos. A maioria construiu casas. Vão produzir 500 sacas de arroz, além de cacau, café, milho, mandioca, banana, gado, porco e galinha.

No ano passado, construíram várias pontes para evitar o isolamento no período das águas e uma estrada que facilitou o acesso ao distrito de Jacinópolis.

Ameaças contra camponeses do acampamento Terra Boa (Rio Crespo)

As famílias estão acampadas num lote de um camponês apoiador desde o início de 2008. Estão lutando pelas terras que José Pierre se diz dono.



Jacinópolis: entre 2007 e 2008 foram plantadas mais de 60 mil mudas de café

Os pistoleiros ameaçaram fazer uma matança caso os camponeses não saíssem do acampamento.

Os acampados registraram ocorrência na polícia de Rio Crespo que se comprometeu de transmitir a denúncia para Ariquemes e Porto Velho. Mas como é de costume da polícia em Rondônia, até hoje não fez nada!

Corre à boca pequena na região a informação grave de que as cabeças de quatro camponeses do acampamento estão à prêmio, um deles à 25 mil reais.

Mais uma promessa é feita

No área Gonçalo, depois de anos de muita enrolação do INCRA, depois de vários despejos, ameaças e ataques de pistoleiros a soldo de latifundiários, de camponeses processados pela justiça, depois de muita luta, protestos,



Início das tomadas de terra na região de Cujubim e Rio Crespo

denúncias e graças à esta resistência dos camponeses, agora as famílias estão confiantes de que finalmente terão seus lotes. O INCRA se comprometeu a cortar a terra onde eles estavam acampados por último (Rio Crespo) e entregar os lotes às famílias. Os camponeses saíram da área para ela ser cortada. Esperamos que não seja mais uma das tantas promessas.

Juiz de Ariquemes persegue camponeses do Raio do Sol

Localizado na linha C 50, km 80, o Acampamento possui 40 famílias que cortaram seus lotes por conta, onde moram e produzem há mais de dois anos. Já foram vítimas de quatro tentativas de reintegrações de posse em que tiveram seus pertences furtados, pilhas de arroz queimadas, plantações destruídas, casas demolidas e muitos camponeses foram presos de forma arbitrária.

Mas os camponeses sempre voltaram para suas terras e em duas ocasiões conseguiram impedir o despejo, graças à sua organização e auto-defesa.



Família camponesa no acampamento Raio do Sol

As ameaças de pistoleiros e policiais são constantes.

As terras são da União e possuem uma ação de retomada pelo INCRA na justiça federal contra os licitantes: João Luiz da Fonseca, Dalmi Rodrigues de Moraes, o ex-prefeito de Vale do Anari, Nego Maturana, Diana Maria das Mercês Galhardi, Antônio do burro, Moacir José da Silva e outros. Quando a terra ainda estava nas mãos destes especuladores era só capoeira e abandono. Hoje, possui uma produção anual de 500 sacas de arroz, 270.000 pés de mandioca, 25.000 pés de café, 1.200 sacos de milho, 5 alqueires de feijão, 700 galinhas, 5.000 pés de banana, 4 vacas de leite, 6 eqüinos e 40 suínos.

Recentemente o juiz Edilson Neuhaus da comarca de Ariquemes expediu um mandato de reintegração de posse e de prisão para todos os trabalhadores que moram no local com duração de seis meses que pode ser executado a qualquer momento.

Outra questão gravíssima é o caso de um camponês que teve seus documentos apreendidos por policiais em um dos despejos. Segundo o advogado dos camponeses a justiça está querendo isolá-lo para jogar o processo do acampamento todo nas suas costas, como já aconteceu com tantos outros que sofrem há vários anos com



Raio do Sol: produção diversificada de milho, arroz, mandioca, entre outros

processos na justiça. Enquanto isso os latifundiários e seus pistoleiros seguem agindo impunemente, a cada dia com mais violência.

Áreas vizinhas organizam resistência

A área Canaã (Ariquemes), tem 58 famílias que já moram em seus lotes cortados por eles mesmos. Só um camponês, o senhor Zezão, de 73 anos, toca sozinho uma roça de 3 alqueires. A produção total da área é muito grande, agora que as terras estão nas mãos dos camponeses.

A área tem um mandato de reintegração vencido, mas os camponeses que já foram despejados outra vez mesmo com mandato vencido estão com medo de serem despejados quando a polícia for cumprir mandato de reintegração na área Raio do Sol, já que são vizinhas.

Os camponeses das duas áreas se reuniram e discutiram um plano de resistência onde cada área vigia com fogueteiros numa ponta da estrada. Desta forma pretendem se proteger e preservar suas roças, casas e outros pertences conquistados com tanto suor.

Camponeses do Flor do Amazonas ocupam o INCRA

Desde o dia 08 de abril, uma comissão com cerca de 80 camponeses da área Flor do Amazonas (situado entre o Rio Preto e o Rio Jamari, no município de Candeias do Jamari) ocuparam a sede o INCRA de Porto Velho.

A ação se deu em decorrência da falência da reforma agrária do governo Lula, que ao invés de distribuir terras aos camponeses pobres, usa as bolsas esmoladas e programas assistencialistas, que em nada alteram o problema da concentração de terra no nosso país e no fundo é a velha política coronelista de compra de votos.



Em 2007 as famílias do Flor do Amazonas tiveram a lavoura e todos seus pertences destruídos por bandos armados do latifúndio

No final de junho de 2007 pistoleiros fortemente armados invadiram o acampamento, espancaram camponeses, entre eles mulheres, idosos e crianças de colo e queimaram todos os barracos.

Mesmo a polícia tendo prendido os dois veículos usados na ação e as armas, nenhum pistoleiro foi preso. O delegado Cezar Pizzano que a quase um ano prometeu punir os responsáveis até hoje nada resolveu.



Responsáveis pelos ataques ao acampamento Flor do Amazonas, continuam impunes

Superintendente ameaçou chamar a polícia para os camponeses

Após participarem de inúmeras audiências com o INCRA, com o Ministério Público e Ouvidoria Agrária a situação das famílias continuou a mesma. O órgão que detém desde agosto de 2007 a posse da área, se mantém omissivo e faz pouco caso das reivindicações dos camponeses, alegando que a emissão definitiva de posse demandaria uma grande estrutura logística.

Em reunião com o Superintendente Regional do INCRA, Carlino Silva, no dia 08 de abril, o mesmo fez velhas e conhecidas promessas. Disse que as reivindicações seriam atendidas, mas isso demoraria certo tempo, pois o processo de assentamento é algo demorado. Além disso, ameaçou os camponeses, dizendo que não poderia garantir a permanência deles no prédio, sob pena de acionar a polícia.

Manifestação e solidariedade

As famílias já estão acampadas há quase um mês sem que nenhuma solução tenha sido apresentada pelo INCRA. Logo nos primeiros dias foi realizada uma manifestação em solidariedade aos camponeses de Jacinópolis que sofrem ataques constantes do latifúndio. As famílias estão recebendo enorme apoio de estudantes universitários, organizações classistas e do povo da cidade.

Camponeses retomam as terras

O acampamento Terra Boa/Carlos Mariguela, localizado no Distrito de Novo Plano, município de Chupinguaia, resiste. Já sofreu uma reintegração violenta, cumprida pelos pistoleiros do fazendeiro Eduardo Pólo Sartor, tendo plantações destruídas, bem como suas casas. Isso em 2005.

Os camponeses foram despejados da área através de uma liminar, os oficiais de justiça e os policiais militares do 3º batalhão em Vilhena chegaram fortemente armados, sendo que no local se encontravam somente mulheres e crianças. Houve muitos prejuízos pela forma como se deu a desocupação, destruição de casas, plantações, matança de animais e apropriação ilegal de implementos agrícolas e de objetos pessoais.

Ainda em relação a esta área, no ano de 2005, o camponês Alex Guimarães de Souza, 22, foi emboscado e quase foi morto a golpes de faca, nas costas e no braço esquerdo. Os acusados, suspeitos de trabalharem para o fazendeiro, se encontravam tranquilamente no Distrito após o ocorrido, sendo que a polícia local, mesmo sabendo, nada fez para prendê-los.

Em maio de 2006 as famílias reocuparam as terras, mas diante da iminente reintegração e das ameaças do fazendeiro, saíram e as mais de 40 famílias permanecem acampadas, ainda sob o sonho e a esperança, garantidos a eles pelo Ouvidor Agrário nacional, que em 2005 prometeu resolver o problema do assentamento em dois meses, sendo que até agora nada.



Novo Plano: o grande número de famílias na região deram origem a um distrito

Acampamento Nova Canaã Fazenda Vilhena do Pensamento

São mais de 20 lotes requeridos, praticamente todos ajuizados na Justiça Federal para retomada para a União. As 120 famílias estão ligadas ao MAP - Movimento Agrário Popular.



Em Novo Plano, famílias reocupam terras após despejo violento

Novo Plano - Agropecuária Rio Apediá

Uma das situações mais antigas do Estado de Rondônia, ligado à regularização de terras. A área que já foi reconhecida inadimplente inclusive no Superior Tribunal de Justiça e as mais de 350 famílias sofrem à espera de regularização, contando com a omissão e até o descaso do INCRA. Desta situação já surgiu um grande distrito no município de Chupinguaia, conhecido como Novo Plano, praticamente uma cidade, com serviços de telefone, laticínios e agora a instalação de uma pequena central elétrica para atender a demanda de energia para a região.

Após sucessivos embates na esfera judicial, a sentença transitou em julgado em junho de 2003, no Superior Tribunal de Justiça, dando ganho de causa aos trabalhadores ocupantes contra a Sociedade Anônima Agropecuária Rio Apediá e Requeridos. Tal imóvel improdutivo, num caso raro no Estado de Rondônia, deveria em seqüência ser destinado à regularização das 325 famílias.

Graças à morosidade do INCRA, o prazo para retomada da área foi perdido e a situação agora está em grau de recurso.

Conflito em Parecis

No acampamento Planície Caramuru, as terras são públicas e tem como pretensão proprietário Jaime Augustinho Brod, residente em Pimenta Bueno. A ocupação da área teve início em 2003, sendo que em 15 de maio de 2005, num conflito entre os trabalhadores e os pistoleiros, resultou em 02 mortes, sendo uma para cada lado, além de dois posseiros gravemente feridos, onde um deles, alvejado, ficou paraplégico. A área está ocupada por 60 famílias.

Quanto à questão criminal, mesmo com todas as evidências, o inquérito está paralisado, já foi pedido à Ouvidoria agrária nacional, que fizesse alguma gestão junto à Polícia Civil de Santa Luzia e Ministério Público, mas até agora nada foi feito. O Delegado local, Dr. Eduardo, já expressou mais de uma vez interesse em pedir o arquivamento do inquérito policial.



Acampamento Caramuru no município de Parecis

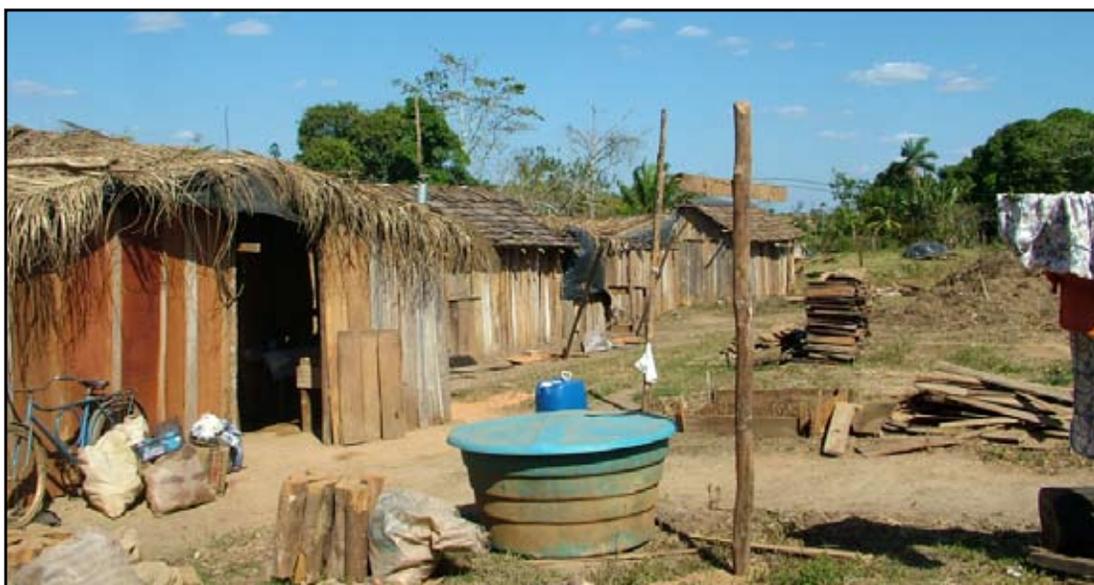
Importante ressaltar as circunstâncias em que ocorreu o conflito. O camponês José de Freitas foi assassinado, sendo que os pistoleiros que emboscaram os trabalhadores usavam coletes da Polícia Civil e capuz, e o mais impressionante de tudo é que o pistoleiro morto no conflito, Lucivan, era casado com uma agente de Polícia Civil de Pimenta Bueno.

Antes deste lamentável fato, os camponeses, por diversas vezes, haviam denunciado na delegacia de Santa Luzia a violência da pistolagem e inclusive prestando queixa e entregando armas e munições e moto-serra à polícia, que foram devolvidas ao proprietário pelo Delegado. Neste mesmo contexto, inúmeras denúncias de crime ambiental foram prestadas ao IBAMA contra o Jaime Augustinho Brod (que segundo informações teve laços empregatícios com o IBAMA).

Acampamento Che Guevara: 6 anos de resistência

Os pretensos proprietários são da família Morimoto que pelo subterfúgio da grilagem se apoderaram das terras públicas à preço irrisório. Há mais de 6 anos na área, um grupo de 120 famílias sofrem reiterados mandados de reintegração e despejos, mas resistem, transformando aquela área antigamente improdutivo em área produtiva de onde tiram seu sustento e dignidade.

O processo de retomada da área encontra-se atualmente na Justiça Federal em Porto Velho e as famílias camponesas aguardam solução para que possam se beneficiar das prerrogativas de assentados pelo programa de Reforma agrária. Tal Justiça teima em reconhecer como legítimo direito de grileiros e latifundiários, impedindo assim que o processo tramite de forma mais rápida. As últimas notícias



Che Guevara: Camponeses transformaram o pasto em terra produtiva

apontam para a possibilidade da ação possessória que tramita na Justiça Federal voltar para a Comarca de Alta Floresta e ser decretado uma nova liminar de despejo.

Família Cassol grila terras em Alta Floresta

Trata-se de 4 áreas, objeto de escritura pública de venda e compra a favor de Ana Lúcia Ribeiro Ferras de Camargo, sendo que esta também já efetuou uma escritura de compromisso de compra e venda em favor de Ivo Junior Cassol (acusado de envolvimento com máfia de sonegadores de imposto), Juliana Mezzomo Cassol e Karine Cassol, sendo que estas fazem parte do aglomerado de uma reconcentração da Família Ferraz de Camargo.

Em análise preliminar já foi possível perceber a inadimplência contratual em razão de haver débito de prestações de contrato. Há no INCRA processo administrativo. Ao que parece, está parado há muito tempo, e uma pergunta: sob qual influência?

Pelo que foi apurado em fase preliminar há indícios de pistolagem, morte de trabalhadores não apuradas, além de grilagem de terras.

Acampamento Coice de Cobra

Área titulada, no município de Espigão do Oeste, mas com dois agravantes. Primeiro que a área já foi vistoriada e declarada improdutivo e segundo que referida área está hipotecada junto ao Banco. É requerida por 37 famílias que aguardam a conclusão do processo administrativo por parte do INCRA que se mantém omissivo.

Acampamento Antônio Conselheiro

Camponeses tomaram as terras da Fazenda Majaru, localizada no município de Theobroma. São 93 famílias, que já sofreram despejos, Interdito proibitório, etc.

O INCRA suspeita que possa ter havido erros ou fraudes e que tal imóvel possa ter sido desapropriado em 1978.



Na região de Chupinguaia cresce o número de tomadas de terra.
Na foto: Acampamento Água Viva

Acampamento Teixeira Campo Novo

Em torno de 149 famílias tomaram a Fazenda Cinco Estrelas, próxima ao distrito de Rio Branco. Desde o início de abril o 6º BIS - Batalhão de Infantaria de Selva está acampado nesta região. Os camponeses resistiram a investidas de pistoleiros e ações de despejo.

Milhares de camponeses em Novo Bandeirante

Uma grande ocupação ainda não regularizada e que envolve vários grupos, principalmente independentes, com cerca de 3.300 famílias. Ocupam uma área de 102 mil hectares desde 2002 e esperam do INCRA e dos demais poderes uma regularização e efetivação do assentamento das famílias.

Empresa quer exulsar famílias em Guajará-Mirim

O acampamento Bom Sossego é um grupo independente com 70 famílias que ocupam uma área de aproximadamente 1.500 hectares. É também imóvel público e que está sendo requisitado pelo grupo empresarial Empreendimentos 6 de maio (Nova Era). Há ações na justiça comum e na Justiça Federal com o fim de retomar o imóvel e destiná-lo ao assentamento das famílias. No entanto, o embate com a Nova Era pode gerar um conflito de proporções imprevisíveis.

Rio das Pedras

Trata-se de grupo ligado ao MAP – Movimento de Agricultores e Produtores, com 71 famílias e requerem a regularização e efetivação do assentamento na área do PA Roncauto. As famílias estão acampadas dentro da cidade de Corumbiara.

Acampamento Olga Benário

Em Cabixi, desde novembro de 2004 as 95 famílias tomaram as terras da Fazenda Cabixi com 1700 hectares. O proprietário tem disposição da oferta para aquisição. O INCRA iniciou vistorias, mas o processo administrativo tem sido muito demorado. Este grupo estava ligado ao MST.

Estrangeiros grilam terras em Alvorada e Castanheiras

Cerca de 190 famílias do acampamento Pequena Vanessa ocuparam a Fazenda Jamaica em Presidente Médici, por duas vezes, sendo despejados nas duas vezes. As famílias em seguida ocuparam a fazenda na 7ª Linha, de propriedade da Agropecuária Rio Ricardo Franco, conhecida como área do italiano, sendo que já sofreram um primeiro despejo, depois voltaram para área, em fevereiro de 2007, e foram intimados de nova reintegração. Tal área apresenta várias questões: vasta propriedade de estrangeiros, trabalho análogo a trabalho escravo e crime ambiental. O INCRA não tomou posição e a estratégia das famílias é resistir na ocupação.

As mais recentes informações dão conta de que tal acampamento esteve instalado na 7ª linha dentro do Assentamento Chico Mendes III, depois junto à BR 429, próximo à 7ª linha e por último ocuparam e foram reintegrados em uma área em Castanheiras, próximo a Jardinópolis.



Alvorada D'Oeste: Camponeses lutam contra grileiros estrangeiros

Parecis: Juiz, polícia e delegado defendem pistoleiros

É a situação mais simbólica da luta pela terra na região. As 38 famílias de camponeses adquiriram as terras há mais de 5 anos. Quando então o latifundiário Lázaro Affonso, entrou com ação possessória reivindicando o imóvel, mesmo sendo uma área pública, objeto de licitação, o Juiz de Santa Luzia deu ganho de causa e ordenou a reintegração com o mandato.

Com a intervenção da Ouvidoria Agrária e do INCRA, o despejo foi suspenso por 30 dias, até que o INCRA pudesse ajuizar ação devida de retomada da área, garantindo assim o assentamento dos camponeses. O que não aconteceu por inoperância do INCRA. E assim, o despejo foi cumprido em agosto de 2006. Os agricultores perdem praticamente tudo o que cultivavam e criavam.



Mais e mais camponeses se organizam para lutar pelo seu direito à terra

Na questão dos despejos, a participação do Juiz de Santa Luzia, Dr. Carlos Rosa Burck, o delegado Carlos Eduardo e a Polícia Militar sob o comando do destacamento de Rolim de Moura tiveram importante participação na defesa dos grileiros e pistoleiros.

Os trabalhadores por variadas vezes sofrem atentados dos pistoleiros contratados para "cuidar" da fazenda, várias eram as marcas de bala nos barracos e árvores próximas ao acampamento.

A arbitrariedade chega a tal ponto que em outubro de 2006, numa ação sigilosa entre o juiz e a Polícia Militar, os camponeses foram despejados sumariamente da beira da estrada onde estavam acampados, todos foram presos e enquadrados por crimes de desobediência. É decretada prisão preventiva para algumas lideranças que lá não se encontravam no momento e os tratores dos fazendeiros literalmente destroem o acampamento.

Todos são então recolhidos e multados a pena de 1 salário mínimo ou pena alternativa, pelo crime de desobediência. Algumas lideranças ainda respondem à ação penal naquela comarca, pelo simples fato de se organizarem e lutarem



Em 2004, no acampamento Buritís na região de Parecís, 76 famílias foram retiradas à força por pistoleiros

para regularizar uma área pública para fins de reforma agrária.

Num golpe de malandragem, coisa típica entre latifundiários, o pretense requerente Lazaro Affonso vende seu direito a dois outros grileiros. Mais de uma dezena de jagunços estão na área. Os trabalhadores aguardam resultado de ação proposta com atraso pelo INCRA. Enquanto isso, o latifúndio e a grilagem dormem em berço esplêndido, garantidas pela impunidade decretada pelo judiciário.

A área foi reocupada desde abril de 2007 e já foram feitas diversas benfeitorias como casas e muita produção.

Nova frente de tomadas de terras

Em Seringueiras, no acampamento Paulo Freire 3, um grupo de 100 famílias estão acampadas numa área com cerca de 2.700 hectares. É terra pública, cujo processo administrativo está em fase de encerramento o que dará base para que o INCRA ajuíze ação de retomada da área na Justiça Federal e regularize a situação das famílias.

Esta região é uma nova frente de ocupações, em direção à BR 429, na sua maioria terras públicas especuladas por grandes grileiros de terras.

Já houve duas reintegrações de posse, sendo que neste intervalo foi constatada a presença de pistoleiros na região defendendo a fazenda com armamentos de grosso e moderno calibre. O pretense proprietário é o Sr. Sebastião Peder apadrinhado por uma Associação de Produtores da região que ameaçam defender suas áreas griladas no chumbo.

Governo federal reprime tomadas de terras no Pará

O governo federal deslocou 150 soldados da Força Nacional de Segurança para Tailândia, para reprimir uma onda de tomadas de terras na região que já somam mais de 20. Tomar as terras é a única alternativa para os milhares de trabalhadores que perderam o emprego com a chamada operação "Arco de Fogo".

Esta operação foi executada pelo IBAMA e respaldada pela Força Nacional de Segurança enviada para substituir a PM paraense após os violentos confrontos ocorridos no dia 19 de fevereiro e exibidos para todo Brasil, quando os trabalhadores da cidade enfrentaram por mais de 12 horas a repressão promovida pela tropa de choque da Polícia Militar.

O número de trabalhadores demitidos ultrapassou 8 mil, em uma população de 60 mil habitantes. Isto sem falar nos milhares de empregos indiretos que também foram extintos, uma vez que a economia da cidade girava em torno da exploração da madeira. O comércio teve queda de 80% no faturamento e muitos moradores da região já falam em vender tudo e ir embora porque não é mais possível trabalhar.

Esta situação também vem ocorrendo em outras cidades da região como Paragominas, Ulianópolis, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Goianésia, Breu Branco e Jacundá.



Exploração dos cortadores de cana gera cada vez mais vítimas

O governo do Estado que reprimiu violentamente a população, prometeu mundos e fundos, anunciou investimentos na cidade, a prefeitura abriu frentes de trabalho, mas o que aconteceu foram meros paliativos e esmolas de algumas "cestas básicas" que não resolvem nada. Mas isto não enganou a população, nem aplacou sua revolta.

José Ricardo está livre

Desde o dia 3 de abril, o líder camponês José Ricardo Rodrigues, de Quipapá - PE está em liberdade depois de passar mais de três anos arbitrariamente preso, cumprindo pena sem ter sido julgado, muito menos condenado.

Diante da enorme mobilização e solidariedade exigindo a libertação de José Ricardo o promotor a pedido da polícia militar tentou adiar o júri popular, marcado para o dia 2 de abril, a fim de evitar a possível absolvição e mantê-lo por mais tempo preso.

Advogados do NAP - Núcleo de Advogados do Povo, que

atuam na defesa de José Ricardo, contestaram o pedido do promotor e conseguiram sua libertação.

A libertação de José Ricardo representa uma importante vitória de seus familiares, amigos e de todos os camponeses de Quipapá. É uma derrota para os latifundiários de Pernambuco e sua tentativa de criminalizar a luta pela terra.

A luta vai seguir com a campanha de solidariedade e apoio até o seu julgamento.

Mais um trabalhador morre no corte da cana

No dia 08 de abril o trabalhador Francisco de Assis Ferreira, de 46 anos, morador da comunidade rural Conquista dos Palmares, no município de Campina Verde-MG, faleceu após ter sofrido os efeitos colaterais de um "suco" ingerido em função do trabalho no corte de cana na usina CAMPINA VERDE BIONERGIA LTDA.

Para sugar até a última gota de suor dos trabalhadores a Usina os expõe a um trabalho estafante e para agüentar tal exploração estes são obrigados a ingerir este "suco isotônico/energético", o popular "rebite" duas vezes ao dia.

As terras do Triângulo Mineiro estão tomadas pelos usineiros (os heróis do gerente Lula) que querem transformá-las num deserto verde de cana para atender a demanda de etanol do imperialismo norte americano.

Os usineiros têm promovido uma constante procura de "mão de obra" barata, através das filas de desempregados. As agroindústrias, em boa parte movidas por capital estrangeiro, têm devastado nossas reservas e áreas verdes em grande escala, bem como levado à degradação do solo por conta da monocultura. 🇧🇷



Familiares e amigos comemoram libertação de José Ricardo

Entrevista com a LCP - Liga dos Camponeses Pobres

Por várias oportunidades o jornal Resistência Camponesa esteve visitando as áreas camponesas em Rondônia e no final de março entrevistamos Joaquim Ramos de Souza, um dos coordenadores da Liga de Camponeses Pobres de Rondônia.

Abaixo, apresentamos trechos desta entrevista que trata de questões atuais como a perseguição aos camponeses em Rondônia, o avanço da Revolução Agrária e as novas formas de organização e luta dos camponeses da região.

Resistência Camponesa: Em primeiro lugar agradecemos por nos conceder esta entrevista e gostaríamos de saber por que vocês aceitaram falar para o nosso jornal quando a imprensa dos poderosos afirmam que a Liga não fala com a imprensa?

Joaquim: Nós é que agradecemos a atenção de vocês. Por uma razão muito simples falamos com vocês, nós conhecemos o trabalho do jornal Resistência Camponesa que apóia a luta dos camponeses pela terra e de todos os trabalhadores, defende causas democráticas e populares. Mas principalmente porque vocês não mentem, não manipulam nem distorcem as palavras das pessoas e escrevem o que elas declaram.

RC: O que está por trás destas campanhas contra o movimento camponês?

Joaquim: Na história do Brasil, sempre que o povo tentou se organizar e lutar por seus direitos as classes dominantes reprimiram, principalmente a luta camponesa. E sempre



Camponeses aprovam propostas de luta durante 4º Congresso da LCP

pintaram as lutas do povo como crime, para justificar seus massacres.

Em Rondônia o abuso de autoridade e a repressão aos camponeses são sistemáticos, sempre ocorreram. Às vezes ganha um destaque maior, mas o dia a dia está repleto de casos que confirmam isso.

“Quando nos atacam com tanto ódio é sinal que estamos conseguindo nossos objetivos na conquista da terra e nossos direitos.”

Desde 2003 sofremos ataques de todo tipo, iguais aos que estamos vendo agora, com

a publicação de matérias mentirosas que difamam o movimento camponês, tratando como bandidos os que lutam pela terra.

Há mais de 3 anos temos sido acusados pelo jornal Folha de Rondônia de manter “grupos armados”. A polícia, juntamente com bandos armados do latifúndio, realizou ações de despejo, repressão, perseguições, prisões e assassinatos de camponeses em todo o estado. Conseguimos realizar atos contra a criminalização do movimento camponês, que é uma forma de mostrar para a sociedade a verdade dos fatos. E por outro lado, seguimos tomando terras e organizando os camponeses, que é a melhor forma de responder a estes ataques. Quando nos atacam com tanto ódio é sinal que estamos conseguindo nossos objetivos na conquista da terra e nossos direitos.

Somos uma organização camponesa, não somos guerrilheiros, não somos bandidos e nunca tivemos ligação com as FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia ou coisa parecida. São mentiras grosseiras e sensacionalistas que vão ser desmascaradas, porque não suportam a luz da verdade.

RC: Quais são as principais lutas que a LCP tem organizado?

Joaquim: Bom, nós realizamos o 4º Congresso da LCP no ano de 2005, na cidade de Corumbiara. Participaram cerca de 700 camponeses de várias áreas, onde discutimos e



Camponeses de Jacinópolis fecham a BR 364, para exigir a regularização de suas terras em 2007.

aprovamos como principais objetivos 4 bandeiras de luta. Que foram:

1. Passar a uma nova tática na luta pela terra, ou seja, fazer grande agitação e preparação para tomar grandes áreas e elevar a propaganda da Revolução Agrária.

2. Lutar pela indenização das famílias vítimas de Corumbiara e o corte da fazenda Santa Elina.

3. Dar um salto na organização do movimento camponês estimulando as massas nas áreas tomadas do latifúndio a aumentarem sua organização em todos os níveis através da constituição de sua Assembléia soberana para decidir sobre todos os assuntos de suas vidas.

4. Campanha pela liberdade do companheiro Wenderson Francisco, o Ruço.

A campanha pela libertação do Ruço e Joel repercutiu em todo o Brasil e no exterior, com atos, manifestações e uma carta aberta que contou com mais de 600 assinaturas de entidades, movimentos, organizações, intelectuais e personalidades democráticas. O resultado foi a libertação dos companheiros, ou seja, todas mentiras criadas pela polícia e pelo latifúndio foram desmascaradas. Significou uma grande vitória dos camponeses.

No caso do companheiro Caco, que também tinha sido arbitrariamente preso e mantido encarcerado ilegalmente por quase dois meses, conseguimos que fosse solto ainda em 2003. Porém ele sofreu muito com a prisão e ficou muito revoltado com tamanha injustiça. Ele resolveu não mais se apresentar à justiça porque temia que, com tanta montagem da polícia e da juíza Fabíola Inocência Sarkis de Jarú fosse condenado por um crime que não cometeu.

Outra luta foi a ida das vítimas de Santa Elina à Brasília para exigir indenização e o corte da fazenda. Após 12 anos do massacre o governo brasileiro, condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, se recusa a pagar indenização. Durante 19 dias o Comitê de Defesa das Vítimas esteve em Brasília para denunciar toda esta situação e cobrar uma posição do governo Lula que até agora não resolveu nada, é só blá-blá-blá. Então esta luta vai continuar até os companheiros serem indenizados e a Santa Elina ser cortada.

Realizamos também inúmeras atividades de formação de ativistas, encontros nas áreas, manifestações, celebrações, discussões sobre a produção e sua melhora.

Desde 2006 modificamos a forma de preparar as tomadas de terra, temos trabalhado com grandes mobilizações de famílias com o objetivo de ocupar grandes áreas.

No ano passado fechamos a BR-364, principal estrada da região, por mais de 36 horas exigindo a regularização das terras de Jacinópolis, Rio Pardo, União Bandeirantes e Jaci-Paraná.

RC: A LCP têm um programa de luta?

Joaquim: Sim, ao longo de mais de 12 anos de luta e com base na experiência das lutas do nosso povo e em princípios classistas desenvolvemos um Programa Agrário. Os Princípios podem ser resumidos em 4 pontos:

- 1 - as massas é que fazem a história;
- 2 - apoiar-se nas próprias forças;
- 3 - combater o oportunismo juntamente com o combate ao latifúndio, à burguesia e ao imperialismo;
- 4 - a rebelião se justifica.

O Programa Agrário pode ser resumido também em 4 pontos fundamentais:

1 - tomar todas as terras do latifúndio e distribuí-las aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra;

2 - libertação das forças produtivas (do homem e da técnica) com a transformação das relações de produção, suprimindo as relações de exploração, através da adesão voluntária à Ajuda Mútua e outras formas de cooperação na produção e comercialização, e de forma crescente até atingirmos formas superiores de cooperação. Além da utilização dos meios de produção (ferramentas, máquinas, etc.) e das técnicas mais modernas;

3 - desenvolver a organização e o exercício do Poder Político pelas massas de camponeses nas áreas já tomadas;

4 - a longo prazo, nacionalizar e pôr nas mãos do futuro Estado Popular as grandes empresas capitalistas rurais nas áreas tomadas. Que é o que chamam de agronegócio. Estas não vale a pena cortar e dividir em lotes. Seria um retrocesso. Neste caso seria passado para os trabalhadores a administração e controle da produção.

O Programa Agrário só é viável como parte de uma profunda transformação democrática-revolucionária da sociedade.

RC: Qual a diferença entre reforma agrária e Revolução Agrária?

Joaquim: Veja bem, a reforma agrária já morreu e o INCRA faliu há muitos anos. No 4º congresso, discutimos

“É preciso ocupar as terras, tomar as grandes fazendas, cortar a terra o mais rápido possível e entregar as parcelas aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra”



Reunião da Assembléia do Poder Popular

que não deveríamos mais esperar pela reforma agrária do governo, que não existe, é apenas um arremedo e uma demagogia. Para isso é preciso ocupar as terras, tomar as grandes fazendas que tem na região, cortar a terra o mais rápido possível e entregar as parcelas aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra. Isso é a Revolução Agrária e seu sucesso dependerá do avanço da luta dos camponeses em todo o país pela aplicação do Programa Agrário e da união com os trabalhadores da cidade.

RC: Como os camponeses participam disso? Qual o método para se fazer a Revolução Agrária?

Joaquim: O trabalho da Liga é fundamentalmente o de mobilizar, politizar e organizar as massas dos camponeses pobres para a tomada da terra. Nosso trabalho vai até a fase de acampamento. Após esta fase nós estimulamos os companheiros a se organizarem para tocar prá frente a luta, temos novas e mais famílias para se organizar e tomar outras terras. Na maioria dos casos as famílias já estão organizadas em Assembléias nos acampamentos, elas continuam organizadas e aumentando sua organização. É uma luta dura. Os companheiros se organizam por famílias em grupos de base de 10 a 15 famílias. A grande questão é elevar a Assembléia ao nível de uma **Assembléia do Poder Popular**, com funcionamento regular e mensal para decidir tudo sobre a vida daquela comunidade. O órgão dirigente da APP é o **Comitê de Defesa da Revolução Agrária**. Inclusive já tem muitas famílias que criam estes Comitês para organizar a tomada de alguma fazenda. Toda essa organização parte dos mesmos princípios que a Liga tem adotado e se baseia na democracia popular e na prática da crítica e autocritica para enfrentar e corrigir os erros e desvios que se cometem.

RC: Como estão se desenvolvendo estas Assembléias do Poder Popular?

Joaquim: O que observamos é que no início os camponeses ficaram meio em dúvida para entender o que eram as APP e os CDRA. Mas hoje, sentem a necessidade de construir estes instrumentos para tomar as decisões. Porque é uma decisão coletiva. O que a maioria decide, é aplicado, a minoria se submete a maioria, mas a opinião da minoria também é levada em conta. As APP elaboram, debatem e aprovam um estatuto de normas e regras de funcionamento para todos que moram na área, naquela comunidade que está se formando ali.

Por exemplo, na área do Capivari temos 35 crianças em idade escolar, os moradores cansados de esperar pelo governo se organizaram e construíram a escola. Ano passado fizeram uma sala provisória, coberta de lona e palha, este ano já colocaram telhas, cercaram com tábuas, piso. Isso é a APP. Entre uma assembléia e outra, quem organiza e garante a aplicação das decisões é o Comitê de Defesa da Revolução Agrária - CDRA. Ele é responsável por formar comissões de trabalho envolvendo todos nas tarefas.

Existem assembléias por área e a assembléia geral que



Grupo de ajuda mútua colhendo arroz

discute a região toda. Por exemplo, com todos esses ataques que estão acontecendo a assembléia deve discutir qual a maneira mais correta de dar resposta a essa situação.

RC: Como são eleitos os membros do Comitê de Defesa da Revolução Agrária?

Joaquim: Os companheiros são indicados nos **GBs - Grupos de Base** e eleitos pela APP. Os critérios para escolha deve levar em conta a honestidade e a justa conduta moral. No CDRA **os mandatos são revogáveis**, ou seja, qualquer membro pode ser destituído a qualquer hora pela

maioria dos votos da APP. Se um membro eleito fizer um ato contra os interesses do coletivo ele é afastado imediatamente e outro assume seu lugar.

“Na APP o povo decide sobre tudo e todo dia, é a verdadeira democracia.”

É o contrário da “democracia burguesa” onde o povo apenas tem o “direito” de votar de 4 em 4 anos em eleições viciadas, cheia de corrupção e movida por muita grana, onde os políticos roubam fazem o que querem e não são punidos ou retirados. Na APP o povo decide sobre tudo e todo dia, é a **verdadeira democracia**.

RC: Nos últimos anos está crescendo o número de pessoas que não votam ou votam nulo e branco por não acreditarem nesses políticos, o que vocês pensam sobre isso?

Joaquim: Nossa posição em relação às eleições é que elas são uma farsa. Dizem que o voto é um direito, mas por que somos obrigados a votar? Ou é dever ou é direito, não pode ser os dois! É um processo viciado onde manda quem tem dinheiro; a corrupção e todo tipo de podridão imperam. O povo está desacreditando de tudo isto, está cansado de tantas mentiras!

O principal é que a eleição não muda nada, apenas escolhemos quem vai nos chicotear por mais quatro anos. Se para alguma coisa o governo Lula está servindo, além de encher a pança dos banqueiros e magnatas, é mostrar a farsa de democracia que existe no país. Veja bem que ele passou vinte anos dizendo que faria reforma agrária. E o que fez quando se elegeu? Nada. Nada não, ele até conseguiu ser pior que o bandido do FHC. Porque está lá para garantir os interesses das classes que estão no poder.

Então nós somos contra essas eleições farsante, elitista e porcas e apontamos como única saída para salvação do país, a Revolução Agrária como parte duma grande revolução democrática que crie um outro sistema de poder. O poder popular das classes exploradas e oprimidas. Os camponeses devem se unir é com os operários e demais trabalhadores e formar uma grande frente junto com os pequenos e médios proprietários, os estudantes e demais intelectuais e artistas honestos.

RC: Fale um pouco sobre a produção, as formas de se organizar para produzir?

Joaquim: Em primeiro lugar objetivamos a produção para o sustento das famílias. O que colocamos para os camponeses é que devemos plantar de tudo um pouco, diversificar. Porque o cultivo de uma única produção os torna dependentes e empobrece a alimentação.

Além disso, tem a construção de estradas, pontes, açudes, escolas, casas, melhorias e benfeitorias de utilidade coletiva. Por exemplo, recentemente construímos pontes numa área que ficava isolada no período das chuvas.

A melhor forma de produzir é organizando as famílias em grupos, que chamamos de **Grupos de Ajuda Mútua - GAM**. Cada um faz seu grupo, baseado na confiança, companheirismo e amizade e se juntam para roçar, plantar e colher coletivamente. Já fizemos a conta e ficou comprovado que assim produzimos muito mais.

RC: Como os camponeses sustentam sua luta?

Joaquim: A LCP defende que os camponeses precisam bancar sua luta, não depender de ninguém. Se cada um dá um pouco conseguimos o suficiente para nossas atividades. Definimos a contribuição através de um carnê, que não é obrigatório como dos sindicatos, mas voluntário, que seja consciente de acordo com a condição de cada família. As pessoas contribuem o mínimo de R\$ 2,00 por mês e temos um controle de quanto arrecadamos para depois prestarmos conta de como foi utilizado este dinheiro. Muitos companheiros também contribuem com arroz, feijão, café e outros alimentos.

RC: Qual a necessidade de se fazer alianças e com quais classes os camponeses devem se aliar?

Joaquim: A principal classe da gente criar aliança é a classe operária. Temos lutado para realizar atividades em conjunto com operários, participamos em encontros, congressos, recebemos companheiros que visitam as áreas e passam ali uma ou duas semanas. Eles entendem melhor o problema camponês e a necessidade da revolução agrária para a classe operária, pois libertar as terras do

latifúndio significa reduzir a oferta de mão-de-obra barata nas cidades, criando melhores condições para as lutas reivindicativas dos operários.

Existem outros aliados como os pequenos e médios comerciantes que sofrem com os monopólios, os pequenos e médios proprietários de terra que também são oprimidos pelo latifúndio. Ainda existem os estudantes e professores que são de grande importância para nossa luta aqui no campo, intelectuais e artistas honestos, profissionais liberais que fazem parte da pequena burguesia urbana.

RC: Qual a preocupação com a cultura?

Joaquim: Hoje o que predomina é a cultura do latifúndio e da burguesia, das classes dominantes. E uma classe atrasada e podre como os latifundiários é incapaz de produzir algo de bom. Nas cidades vemos as festas e as músicas que são distorcidas da realidade do povo. Nas áreas, buscamos resgatar músicas antigas e novas de cantores populares que falam da vida do camponês, de seus valores, as músicas revolucionárias e de luta, além de teatralizações. Procuramos incentivar, principalmente a juventude a criar grupos musicais e de teatros, a prática de esportes e educação física. Mas não é tarefa fácil, pois, o lixo cultural é enorme. Mas é preciso desenvolver desde já uma nova cultura que sirva ao povo.

RC: Como é tratado o problema do alcoolismo e demais drogas?

Joaquim: O álcool é a principal droga no meio dos camponeses. O alcoolismo é muito grande e traz muita desgraça para o povo pobre. Conversamos com os companheiros que sofrem com este problema e indicamos o AA, pois eles têm uma experiência grande no assunto. Sobre outras drogas, tentamos

mostrar o que a droga faz, o prejuízo que causa às famílias. Em todas as áreas em que atuamos o uso de bebidas alcoólicas e demais drogas é proibido. Este é um ponto que as famílias e principalmente as mulheres apóiam. Se encontramos alguém portando ou usando, damos uma advertência e se continua levamos o caso para a APP que decidirá por uma nova chance ou pela sua expulsão da comunidade. A LCP entende que as classes dominantes usam todas estas drogas para anestesiar a revolta do povo e impedir que lutem para resolver seus problemas. Não podemos entrar na onda das propagandas que usam imagens de mulheres seminuas e insinuantes pra falar que bebida é coisa boa, não tem nada de bom.

RC: Gostaria de fazer alguma consideração final?

Joaquim: Ficamos agradecidos pela oportunidade de expor nossas opiniões e pelo apoio para a luta camponesa. Nós usamos muito o Jornal RC no trabalho de politização no nosso movimento. É um jornal muito bom e importante pra nossa causa. 🇧🇷



Placa na entrada de acampamento adverte sobre proibição de bebidas e drogas

Quem são os bandidos em Rondônia?

A operação Arco de Fogo e os interesses do latifúndio

No mês de fevereiro teve início a operação Arco de Fogo, com objetivo de combater o desmatamento e comércio ilegal de madeira nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. A primeira operação ocorreu na cidade de Tailândia no Pará e foi violentamente repudiada pela população que bloqueou estradas, ateou fogo em carros e botou os agentes do IBAMA para correr.

Em Rondônia a operação foi iniciada em Cujubim e Machadinho, onde foram aplicadas mais de 15 milhões em multas contra camponeses pobres e madeireiros. Exemplo disto é o caso de um camponês que comprou 3 alqueires de terra aonde mora há 15 anos e foi multado em 300 mil reais. Serrarias foram fechadas causando desemprego e paralisação no comércio local. Só em Cujubim são 6 mil empregados que trabalham nas serrarias e representam 25% da população. A maioria dos trabalhadores enfrenta condições precárias de trabalho e se sujeita a trabalhar sem carteira assinada e sequer tem garantido o salário mínimo. Por causa destas irregularidades nunca fecharam ou sequer multaram qualquer delas.



Em Tailândia/PA o povo enfrenta a tropa de choque para defender o direito de trabalhar

O presidente da Assembléia Legislativa, Neodi Carlos (PSDC) dono de serrarias saiu, em defesa dos madeireiros e contra a operação. Senadores, deputados e o governador Cassol, todos vinculados ao lucrativo negócio da madeira, se pronunciaram publicamente em jornais e rádios atacando a ação do IBAMA, Força Nacional e Ministra Marina Silva.

Um exemplo do nível de contradição entre governo estadual e federal foram as ameaças que o secretário do Meio Ambiente do estado, Agostinho Pastore, fez a agentes do IBAMA que multaram madeiras em Machadinho.

Na lista de áreas embargadas pelo IBAMA, constam uma propriedade da Amaggi, empresa do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, e outras duas de Ivo Cassol, governador de Rondônia, por abrigarem atividades ilegais contra o meio ambiente.



Campanha difamatória contra o movimento camponês resultou nos ataques ao acampamento Conquista da União em Campo Novo

A criminalização da luta dos camponeses pobres

No final do mês de março a revista Istoé publicou em suas páginas matérias mentirosas e difamatórias sobre a existência de grupos guerrilheiros treinados pelas FARC em Rondônia especialmente na região de Jacinópolis. A matéria assinada pelo jornalista Alan Rodrigues acusa a LCP, uma organização camponesa de luta pela terra, de bandidos, traficantes, guerrilheiros, criminosos, matadores, terroristas e malfetores. E que são responsáveis pelo desmatamento ilegal. A matéria trata latifundiários como velhinhos bondosos e pacatos.

Os jornais Folha de Rondônia e Estadão do Norte (mantidos com farta verba da Assembléia Legislativa e do governador Cassol) e o jornal Diário da Amazônia e Rede TV (pertencentes ao grupo Eucatur) trataram de reproduzir os ataques e acusações infundadas e calúnias contra os camponeses pobres e seus aliados.

Foi o sinal para que políticos de todas as laias, o major Ênedy Dias, o Delegado Cesar Pizzano, o Major Josenildo, o latifundiário Sebastião Conti e o governador fossem à televisão, rádios e jornais engrossar as falsas acusações sem apresentar nenhuma prova concreta. Tentaram com mentiras, criar um fato que justificasse a intervenção da Força Nacional e Exército na repressão aos camponeses.

Os objetivos do governador Cassol ao atacar os camponeses são: em primeiro lugar desviar o foco da operação Arco de Fogo, usando os camponeses pobres e a LCP de bode expiatório para acobertar os desmandos, corrupção e falcatruas dos latifundiários e grandes madeireiros que ele representa e ganhar tempo para fechar acordos com o governo federal como o já proposto por seus deputados de "desmatamento zero".

Em segundo, criminalizar a luta dos camponeses de Rondônia e principalmente de Jacinópolis para justificar perante a opinião pública os ataques da polícia e de bandos armados do latifúndio.

Rondônia: podridão e decomposição generalizada

O estado de Rondônia é conhecido nacionalmente por seus escândalos de corrupção, pelos genocídios dentro dos presídios como o Urso Branco de Porto Velho, massacres contra garimpeiros, índios e camponeses e por violações constantes dos mais elementares direitos do povo pobre. Endemias como a malária, hepatite, dengue, leishmaniose e tuberculose se alastram a passos largos por omissão do Estado.

Entre 2002 e 2005, os gastos do poder Judiciário passaram de 6,3% para 9,2% da receita do Estado, quando o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é de 6%. Na rota de colisão com o governo estadual, a Assembléia Legislativa viu sua participação decrescer de 6,74% para 3,75%, ainda acima dos 3% estipulados pela LRF. No Ministério Público, a participação saltou de 2,3% para 3,4%, quando o limite legal é 2%.

A luta entre os poderes por maiores fatias da receita do Estado estabeleceu as relações de cooperação denunciadas na "Operação Dominó", que levou à cadeia em agosto de 2004 o presidente do Tribunal de Justiça, Sebastião Teixeira e o presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos Oliveira, entre outras autoridades e assessores.



Ninho de ratos: Em Rondônia governador, deputados, juízes, são acusados de desvio de dinheiro público, assassinatos e todo tipo de falcaturia.

O descontrole na Assembléia Legislativa está documentado em três esquemas: o de compras internas, o da concessão de passagens aéreas e, acima de tudo, o da construção de uma folha de pagamentos paralela para assessores, muito dos quais fantasmas, que envolveu 23 dos 24 deputados estaduais. Só no gabinete da presidência estavam lotados 756 funcionários. À época Cassol usou filmagens para denunciar deputados inimigos mas editou as cenas que mostravam que ele também fazia parte do esquema. A Polícia Federal estima que R\$ 50 milhões foram desviados. Tudo isso revelou que a Assembléia Legislativa não passa de mero balcão de negócios. A verdade é que os que assumem

cargos públicos o fazem com a intenção de assegurar interesses de suas famílias ou grupos econômicos.

Em 2004 o deputado Moreira Mendes (PPS) foi um dos acusados no processo que apura o escândalo do desvio de milhões em passagens aéreas. Ainda em 2004 o também deputado Ernandes Amorim (PTB) foi preso por 87 dias, acusado de chefiar uma quadrilha que desviava dinheiro público. O grupo abria empresas fantasmas que participavam de licitações públicas e teria conseguido desviar pelo menos R\$ 18 milhões. As investigações apontaram também o envolvimento do bando em grilagem de terras, lavagem de dinheiro oriundo do narcotráfico e extração e comércio ilegal de minério e madeira.

Em fevereiro deste ano uma operação da Polícia Federal investigou envolvimento do grupo Eucatur/Gurgacz (monopólio do transporte de passageiros e comunicação que atua em

Rondônia, Amazonas e Paraná) com esquemas de desvio de financiamento do Basa-Banco da Amazônia na compra de ônibus.

Em abril, outra operação da PF denunciou o envolvimento da família Cassol com a máfia de sonegadores de impostos e importação de carros de luxo. Também estava envolvido o dono do jornal Estadão do Norte, o ex-senador Mário Calixto Filho, que é acusado já de desviar recursos da própria quadrilha.

Contra Ivo Cassol há dois processos no Superior Tribunal de Justiça: foi aceita uma denúncia de montagem de um esquema para que empresas associadas a ele ganhassem licitações municipais durante sua administração como prefeito em Rolim de Moura, entre 1997 e 2002. Cassol também é acusado de ter permitido o contrabando de diamantes na reserva Roosevelt, de índios cinta-larga, palco de um massacre de 29 garimpeiros em 2004. De acordo com o coordenador de operações de fronteira da PF, a suspeita da participação de Cassol no contrabando teria começado com a prisão de um suposto assessor seu na reserva, que estaria negociando com os índios proteção para a manutenção do garimpo.

Na verdade, as famílias que dominam a política oficial no estado são as mesmas que controlam toda a economia, inclusive o grande tráfico de drogas. São verdadeiras máfias que se escondem sob a fachada de empresários e que disputam poder, mercado e dinheiro entre si na base da bala.

Uma das mortes mais polêmicas foi a de Olavo Pires, assassinado por grupos rivais na disputa pelo governo do estado, em 1990. Até hoje não se esclareceu nada sobre o incêndio de dois helicópteros do grupo Eucatur. Tampouco o assassinato do fazendeiro Mauro Nascimento

Barros em Porto Velho, em fevereiro de 2007, que vinha denunciando o governador Cassol por roubos de suas terras no estado do Amazonas. Da mesma forma obscura e sinistra é a situação do garimpo da reserva Roosevelt, em Espigão D'Oeste, em que centenas de pessoas foram assassinadas e até hoje ninguém foi preso ou processado pelos bárbaros crimes. Ali operam grandes grupos nacionais e estrangeiros na extração de diamantes, debaixo das barbas da FUNAI e etc.

A questão da Amazônia

A região amazônica, por seus inestimáveis recursos naturais torna-se cada vez mais, diante da crise mundial do capitalismo, objeto da cobiça desenfreada e palco da disputa entre as potências estrangeiras e seus monopólios. Diferentes interesses atuam por trás das demarcações de reservas e parques e na atuação de missões religiosas, ONGs estrangeiras e nacionais dedicadas a pesquisas, mapeamento de territórios e doutrinação de populações locais, tudo objetivando o controle de nossas riquezas a curto, médio e longo prazos.

A pressão da opinião pública internacional, principalmente européia, contra o desmatamento levou alguns governos ao ponto de ameaçar com o boicote à importação de soja e carne brasileiras, caso a penetração do agronegócio na Amazônia não seja detida. Isso obrigou a gerência Lula/FMI a tomar medidas de aparência para dar satisfação, como a operação Arco de Fogo.



Marina Silva: um dos principais agentes do imperialismo na Amazônia

Mas no fundo, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT) segue com a venda de florestas e parques nacionais (chamada de concessão) que é a forma de legalizar a extração não só de madeira, como de outras riquezas naturais da biodiversidade e do subsolo, garantido os interesses dos grandes monopólios, principalmente estrangeiros.

Recentemente os monopólios de comunicação, políticos e intelectuais prostituídos saíram em defesa do agronegócio para justificar que os grandes cultivadores de soja e de capim para gado desmatam a floresta mas levam progresso para a Amazônia e geram divisas para o país. Ao passo que identificam os camponeses e suas organizações com o atraso e como sendo os



Pichação contra ação do IBAMA

culpados pelo desmatamento ilegal e grilagem de terras. E, portanto, criminosos.

As posições distintas da ministra Marina Silva que defende radicalmente a criação e expansão de reservas e a dos governadores que defendem as grandes madeireiras, latifundiários plantadores de soja, cana e criadores de gado, são exemplos de choques de interesses entre as classes dominantes do país que estão se agudizando.

O problema agrário

O que está no fundo de tudo isso é o velho problema agrário surgido e nunca resolvido nos mais de 500 anos de formação histórica econômico-social da nação brasileira, a qual pelas mesmas razões ainda inconclusa. Questão que hoje, dado os interesses de rapina de poderosos grupos econômicos em ocupar cada vez maiores áreas de terra, longe de se resolver, se agudiza ainda mais.

Em todo o país o problema agrário se agrava. A política de Lula de contensão dos "assentamentos" de reforma agrária fechou a válvula de escape e a pressão aumentou ao ponto de explodir. Especialmente nos estados do Pará e Rondônia a radicalização dos conflitos pela terra é cada vez maior, dada a importância estratégica que assume a região amazônica e os interesses inconciliáveis que entram abertamente em luta.



Na década de 60 as Ligas Camponesas no nordeste radicalizaram a luta pela terra.



Manifestação contra os abusos da SEDAM e IBAMA na região de Jacinópolis. Janeiro de 2008 - Buritis.

Segundo dados da CPT - Comissão Pastoral da Terra em 2007 foram assassinadas 28 pessoas em conflitos pela terra, número menor que em 2006, quando foram registrados 39 assassinatos. Esta diminuição se deu porque no Pará, em 2007, se registraram cinco mortes, quando em 2006, foram registradas 24. Em contraposição a essa forte retração no Pará, no restante do país houve um aumento de 50% no número dos assassinatos, que aconteceram em 14 estados, quando em 2006, as 39 mortes se concentraram em oito estados. Em todo o Brasil foram registrados 615 conflitos agrários, só em Rondônia foram mais de 85 conflitos.

“a solução para este problema só pode se dar através de uma Revolução Agrária como obra dos próprios camponeses pobres, em aliança com os trabalhadores da cidade”

Com a chegada da gerência petista ao governo ficou provada a falência de qualquer modificação ou reforma por parte do Estado brasileiro no que diz respeito à questão agrária em favor do povo. Lula não cansou de prometer aos camponeses que um dia chegando à Presidência do país que se pudesse fazer uma só coisa esta seria a reforma agrária? Tudo bem, era só mais uma mentira na politicalha do país. Contudo ele tem concedido bilhões de reais ao agronegócio e ainda fez questão de chamar os usineiros de “heróis”. Só em 2007 destinou 60 bilhões pro setor



Os verdadeiros heróis da Amazônia são os camponeses que enfrentam todo tipo de dificuldades para produzir e viver.



Os casos de assassinatos de camponeses em Rondônia são constantes. Foto: Oséas Martins, assassinado em Jacinópolis a mando do latifundiário Carlos Schumann

enquanto apenas 3,5 bilhões de reais foram para a sua reforma agrária. Trata a luta pela terra como caso de polícia, acentuando a política de criminalização e perseguição aos camponeses impulsionada por FHC.

Portanto, a solução para este problema só pode se dar através de uma Revolução Agrária que, como obra dos próprios camponeses pobres, em aliança com os trabalhadores da cidade, vá tomando as terras do latifúndio parte por parte em todo o país e entregando-as aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra.

A Revolução Agrária é parte substancial e imprescindível da Revolução Democrática e antiimperialista que o Brasil precisa para romper com o atraso secular, para resolver os grandes problemas sociais e o da soberania e libertação do sistema semicolonial que o mantém subjugado pelo imperialismo, principalmente o norte-americano. 🇧🇷

Camponeses atacados por bandos armados do Catâneo

O acampamento Conquista da União, localizado no município de Campo Novo, foi atacado no dia 9 de abril, por cerca de 30 pistoleiros fortemente armados, com coletes a prova de balas, coturno e capuz preto. Diante do ataque covarde os camponeses saíram correndo sob disparos, deixando todos seus pertences para trás. Segundo nos relataram os camponeses, os pistoleiros gritavam “aqui é a turma do Amorim”, denunciando a já conhecida ligação de políticos rondonienses com crimes de pistolagem e grilagem de terras públicas.

No acampamento, estavam mais de 300 pessoas entre crianças, idosos, homens e mulheres, inclusive uma grávida de 8 meses que lutavam por um pedaço de terra para produzirem e terem uma vida digna. Um senhor de idade teve que retirar-se mancando e outro ainda se machucou numa queda de moto enquanto tentava salvar uma mulher e suas crianças. Outro homem passou mais de 12 horas dentro de uma lagoa para não ser executado.



Família camponesa que escapou apenas com a roupa do corpo

A polícia só foi aparecer no local no dia 10, mais de 30 horas depois do ataque! O genro do Catâneo, Edson Luis Liutti assumiu na frente da polícia ambiental para uma comissão, com representantes da CPT e Ouvidoria Agrária, que seus pistoleiros despejaram as famílias atirando “pra cima”. A única ação da polícia foi apreender cerca de 20 motos que ficaram no acampamento destruído.

O representante da CPT, Padre Afonso, que esteve na área atacada com representante da Ouvidoria Agrária já no dia 10, viu com os próprios olhos



Marcas de tiros como esta foram encontradas por todo o acampamento



Edson Dutra Barros: assassinado por pistoleiros da família Catâneo

o que os camponeses da região de Jacinópolis sentem na pele. Ele declarou em nota após sua ida à região, que as autoridades policiais só se preocupam em reprimir os camponeses e nem mencionam os pistoleiros fortemente armados dos latifundiários.

Após expulsarem as famílias, os pistoleiros queimaram barracos com roupas, documentos pessoais e mantimentos, que muitas famílias tinham acumulado para passarem um, dois e até três meses. Camponeses que voltaram ao acampamento para tentar recuperar suas motos foram recebidos a bala pelos pistoleiros. Jornalistas e advogados também foram impedidos de entrar na área para apurar os fatos.

Depois do ataque os camponeses ficaram ao relento nos esqueletos dos barracos do antigo acampamento, na linha 02 próximo à BR 421, só com a roupa do corpo e se alimentando graças à ajuda de moradores do local.

Antes do ataque o INCRA declarou que as terras pertencem a União e foram griladas pelo Catâneo.

Este ataque covarde veio logo após odiosa campanha da revista IstoÉ e imprensa local a serviço dos latifundiários que taxava os camponeses como guerrilheiros perigosos, atizando a repressão.

Cadastro do INCRA gera mais revolta em Buritis

Após estes episódios o INCRA foi a região escoltado pela polícia para distribuir cesta básica e prometendo assentar as famílias. No dia do cadastramento realizado em Buritis mais de 500 pessoas compareceram, os representantes do INCRA disseram que não teria vagas para todos, o povo se revoltou e ameaçou invadir a sede do INCRA local. O forte aparato repressivo que atua na região veio logo em socorro dispersando os camponeses com violência.

Esta é a velha jogada do INCRA, promete assentar para desmobilizar as famílias, dividi-las e jogá-las umas contra as outras.

Pistoleiros do Catâneo assassinam trabalhador

No dia 29 de abril, seis pistoleiros da família Catâneo atacaram camponeses do acampamento Conquista da União que estavam em cima de um caminhão, passando pela linha 02, no município de Campo Novo.

Os pistoleiros com armas de grosso calibre pararam o caminhão e começaram a atirar.

O motorista do caminhão, Edson Dutra Barros foi gravemente ferido com um tiro na barriga que vazou em suas costas e veio a falecer no hospital público da cidade de Buritis. Edson tinha 51 anos, foi vereador em Alvorada D'Oeste em 1996 e era pré-candidato a vereador pelo PT em Buritis. Deixou esposa e seis filhos. Ele era muito querido e as pessoas lotaram seu funeral em Buritis.

O conflito agrário existente no local é notório e a polícia faz vistas grossas para a ação dos pistoleiros. Acusam os acampados de estarem armados, mas no conflito quem morreu e quem saiu atingido com tiros foram apenas os acampados.

O peso dessa morte recai diretamente na responsabilidade da revista IstoÉ e seu escriba Alan Rodrigues, do grileiro Sebastião Conti Neto, do corrupto governador de Rondônia, Ivo Cassol, do major Eneidy, do Secretario de Segurança Pública de Rondônia - Cezar Pizzano, do comandante do batalhão de polícia ambiental Josenildo Jacinto, do Jornal Folha de Rondônia e de todos que se omitem e acobertam as atividades criminosas dos latifundiários. 🇧🇷

Atos em defesa dos camponeses de Jacinópolis

Assim que a revista IstoÉ deu início à odiosa campanha de difamação e calúnia contra os camponeses da região de Jacinópolis e movimentos camponeses combativos, principalmente a LCP, personalidades democráticas, movimentos sociais e apoiadores de todos os cantos do país se levantaram em defesa e solidariedade aos camponeses.



Ato público em Porto Velho repudia os ataques do latifúndio e sua imprensa ao movimento camponês.

Manifestação em Jarú

No dia 03 de abril, cerca de 50 camponeses de acampamentos e áreas camponesas de Theobroma, Jarú, Cujubim e Ariquemes fizeram uma manifestação pelas ruas de Jarú. Além das faixas, bandeiras vermelhas e panfletos, os camponeses passaram seu recado através de palavras de ordem: "O povo quer terra, não repressão!", "Luta pela terra não é crime!", "Almoçou hoje, agradeça a um camponês!", dentre outras.



Ato em Jarú em solidariedade aos camponeses de Jacinópolis

Ato contra a criminalização da luta pela terra

No dia 04 de abril, ocorreu um Ato Público no auditório da UNIR (Universidade Federal de Rondônia) organizado pelo CEBRASPO – Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e DCE - Diretório Central dos Estudantes. O ato contou com o apoio de sindicalistas e organizações classistas, professores, estudantes, intelectuais e jornalistas honestos.

Como resultado aprovou-se uma carta aberta repudiando a ação da imprensa a serviço do latifúndio na tentativa de criminalizar o movimento camponês. A carta conta com assinaturas e apoio de várias entidades do país e internacionais.

Posteriormente uma comissão visitou a região de Jacinópolis a fim de levar apoio e solidariedade e constatar a real situação que vivem os camponeses em luta pela terra.

Muita solidariedade e apoio aos camponeses

Logo após o ataque covarde de pistoleiros aos camponeses do Acampamento Conquista da União, em Campo Novo, iniciou-se uma campanha de arrecadação de remédios, alimentos e roupas para os camponeses que tiveram todos seus pertences destruídos pelos pistoleiros. Até agora muitas pessoas já contribuíram.

Outro exemplo de solidariedade foi no Rio de Janeiro, onde professores da rede estadual aprovaram por unanimidade em assembléia fazerem uma ação popular contra a revista IstoÉ.

Você que tem problema com a bebida, existe uma saída: o AA!



O alcoolismo destrói a vida de muitas pessoas e famílias. O Alcoólicos Anônimos - AA é um grupo antigo, que atua em todo o mundo.

O Jornal Resistência Camponesa entrevistou um membro do AA sobre esta doença tão terrível, mas que tem tratamento simples e bastante eficaz. Não divulgaremos o nome do entrevistado por exigência do AA, já que o anonimato é um dos seus princípios.

Jornal Resistência Camponesa: Têm pessoas que tratam o alcoolismo como um problema moral "Fulano bebe porque é vagabundo". Como o AA define o alcoolismo?

Membro do AA: É uma doença incurável, citada no código internacional de doenças. A própria medicina considera o alcoolismo como uma doença. Fora do AA é tratado como falta de caráter, falta de vergonha na cara, falta de vontade. O próprio alcoólatra fala que bebe quando quer e para de beber quando quer, mas na verdade é o contrário, ele bebe mesmo sem querer e não consegue parar.

No AA evitamos o primeiro gole, não dizemos "não vou beber nunca mais" e sim "não vou beber só por hoje".

RC: Algumas pessoas querem parar de beber e não conseguem. Pela experiência de vocês, porque isso ocorre? Apenas a força de vontade é suficiente?

AA: Só pelo fato dele querer já ganhou metade do caminho em busca da sobriedade. O momento em que a pessoa quer parar de beber e não sabe como é quando o AA pode ajudar. O lema do AA é bastante simples: "Se você quer beber, o problema é seu. Se você quer parar de beber, o problema é nosso."

O alcoolismo é uma doença que debilita, enfraquece muito o alcoólatra e ele sozinho não consegue parar de beber. No AA, um fala a linguagem do outro, não dá conselho, cada um conta sua própria experiência, como o álcool só trouxe desgraça para sua vida e como ele consegue recuperar sua saúde e dignidade quando ele evita o primeiro gole.

RC: Algumas pessoas não procuram o AA porque imaginam que irão receber lição de moral. Como são as reuniões do AA?

AA: Nossas reuniões são simples, não falamos de religião, nem de política, não somos filiados a nenhuma seita ou partido, somos independentes, vivemos de nosso próprio esforço. Somos nós alcoólatras que ajudamos a nós mesmos. Quando a pessoa chega numa reunião pela primeira vez, chega desconfiado, não quer falar. Mas não é exigido nada, não precisa nem dar o nome. A pessoa fica desconfiada de que vai receber conselhos, porque quando chega a ir no AA é porque já aprontou muito, já botou a mulher pra correr, deu tiro, etc. No AA ninguém é bonzinho. Eu mesmo, quando cheguei no AA, tinha sido expulso de casa por minha esposa, de tanto que eu havia aprontado. Na reunião eu não quis falar, mas ouvi um companheiro contar sua própria história e pensei "sou alcoólatra também". Usamos o tratamento de espelho, onde cada um conta sua história. E eu estou evitando o primeiro gole há 22 anos.

RC: O que vocês sugerem a quem mora no sítio e não pode ir à cidade participar de um grupo do AA?

AA: Quem tem acesso à internet e não tem tempo de ir à reunião, pode participar de uma reunião on-line [pela internet].

O AA tem uma literatura vasta que ajuda quem está afastado dos locais de reunião e não pode participar do grupo. A revista "Vivência" é lançada trimestralmente, ou seja, são 4 revistas por ano. Sua assinatura custa R\$38,00 e sua leitura ajuda o alcoólatra a evitar o primeiro gole.

RC: Que sugestão o senhor dá para quem não sabe ou tem dificuldade de ler?

AA: Sempre tem alguém próximo dele interessado que ele pare de beber, um amigo ou um familiar que pode ler trechos da revista para ele cerca de 15 minutos por semana, por exemplo. E a revista também tem figuras que ajudam quem não sabe ler. A pessoa pode procurar o alcoólatra e dizer "conheço sua vida de bebedor, vou te ajudar".

O alcoólatra, quando vem à cidade, ao invés dele procurar ajuda para evitar o primeiro gole vai ao bar. Quando ele já sabe que tem o problema procura ajuda, telefona para um dos irmãos.

RC: O senhor quer deixar alguma mensagem final?

AA: Não, apenas agradeço a gentileza em procurarem o AA, vocês estão ajudando a divulgar nosso trabalho e um ajuda o outro. Estamos a disposição de vocês. 🍷

Contatos do AA

(69) 32217243

Travessa Cabixi, nº 332 - Nossa Senhora das Graças
Porto Velho

Grupo Vontade De Viver

Rua Raimundo Cantuária s/n
Associação dos Moradores - Jardim Santana - Porto Velho

Grupo Nova Estrela

Fundos da Igreja São Francisco de Assis
Setor 01 - Ariquemes

Grupo Remo

Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora Aparecida
Machadinho D'Oeste

Grupo Liberdade

Rua Padre Adolfo Rhol
Salão Paroquial da Igreja Matriz - Jaru

Grupo Vida Nova

Rua Princesa Isabel, nº 370 - Centro - Vilhena

Programa em rádio

Nova Jaru FM 94,1 - todo domingo, das 9:30 às 10:00



Ler e escrever, é preciso aprender!

Hoje no Brasil, milhões de jovens e adultos são analfabetos, sendo a maioria mulheres. Muitos nunca foram à escola, a maioria foi obrigado a largar os estudos quando ainda eram crianças para trabalharem e ajudarem no sustento da família. Aliado a isso, a péssima qualidade do ensino público. O resultado é alarmante, milhões que não sabem ou têm muita dificuldade de ler, escrever e fazer contas. Enquanto isso, os governos só fazem propaganda enganosa.

Cansados de esperar pelos governos e para mudar este absurdo, a Escola Popular lançou a Campanha de Alfabetização.

Se os camponeses pelo país afora estão se organizando mais, construindo pontes, abrindo estradas, tomando latifúndios, cortando e distribuindo lotes para produzirem o sustento de suas famílias e garantirem o abastecimento das cidades, porque não conseguirão também acabar com o analfabetismo? Chegou a hora de mostrar o que o povo organizado é capaz de fazer também na educação. A Campanha de Alfabetização foi lançada em setembro de 2007 num encontro que reuniu 50



Na Escola Popular as crianças dão os primeiros passos para aprenderem a ler, escrever e elevar sua compreensão sobre o mundo que vivem

Popular e as técnicas de alfabetização, como trabalhar com os nomes dos alunos, usar brincadeiras com as palavras, matérias de jornais populares, músicas, poesias, histórias da vida e trabalho dos camponeses.

Este curso se repetirá a cada três meses para que os educadores possam conhecer e treinar outras técnicas de alfabetização e aprender ainda mais trocando as experiências que já terão. Inicialmente serão montadas 6 turmas, mas conforme surgirem outras áreas interessadas também poderão participar da Campanha.

Participação destacada das mulheres na Campanha de Alfabetização

Normalmente as mulheres se destacam nas tarefas da Escola porque têm mais experiência que os homens, pelo fato de acompanharem mais de perto a educação dos filhos. A Escola Popular considera essencial estimular a participação das mulheres e para isso conta com o apoio do MFP – Movimento Feminino Popular para organizar reuniões nas áreas com as mulheres e os homens, explicar a importância da mulher não ficar só dentro de casa e participar das lutas do povo, principalmente da Escola Popular. Não conseguiremos varrer com o analfabetismo de nossas áreas se as mulheres não participarem ativamente da Campanha de Alfabetização. 🇧🇷



Diferente da propaganda enganosa do governo, o analfabetismo no Brasil é enorme. E no campo a situação é ainda mais grave

pessoas, entre camponeses, professores, estudantes, lideranças e apoiadores. Várias pessoas participam da Campanha, distribuindo panfletos e cartazes, montando as turmas, fazendo arrecadação.

Nos dias 28, 29 e 30 de março de 2008 ocorreu o curso de formação dos educadores da Campanha de Alfabetização, em Theobroma, com 15 participantes das áreas Primavera, Canaã, Antônio Conselheiro, Gonçalves, Theobroma, Cujubim, Jacinópolis, Espigão D'Oeste e Porto Velho.

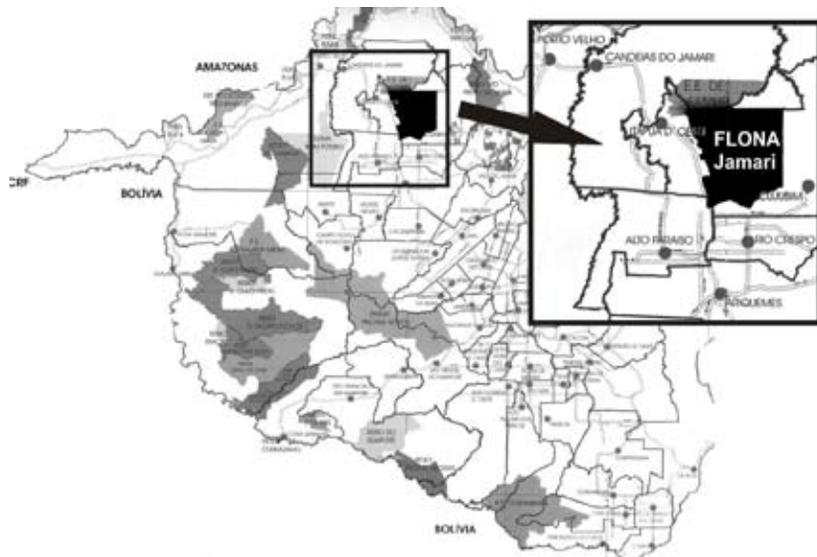
O conteúdo do curso foram os princípios da Escola



Turma de alfabetização de adultos: participação destacada das mulheres

Lula quer vender a Amazônia para os gringos

Em 2007 a gerência FMI/PT/Lula, através da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva iniciou o processo de venda da FLONA (Floresta Nacional) do Jamari em Rondônia. A área tem mais de 220 mil hectares de extensão, localizada a 110 km de Porto Velho, atinge os municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Candeias do Jamari.



Logo de início, 90 mil hectares serão entregues à cobiça das grandes empresas nacionais e estrangeiras. A extensão dessa área equivale ao dobro da cidade de Curitiba/PR, ou 53.333 campos de futebol. É a primeira concessão de floresta de uma série de outras já planejadas.

Além da enorme quantidade de madeira e água, o subsolo da floresta é rico em nióbio, estanho, ouro, topázio e outros minerais. Vale dizer que o nióbio é utilizado largamente na indústria aeronáutica e só existe em grandes quantidades aqui no Brasil.

O plano do governo é dividir a FLONA em três grandes áreas (17 mil, 33 mil e 46 mil hectares) e usá-la como modelo, concedendo o direito de exploração à grandes empresas com o discurso de que estas preservariam melhor a floresta. Das oito empresas que se inscreveram para entrar na disputa, não há nenhuma das pequenas e médias madeireiras que já atuam na região há vários anos.

A licitação foi suspensa no dia 14 de março por decisão da desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal até que se obtenha autorização do Congresso Nacional para conceder a área. No entendimento da desembargadora,

as concessões florestais equivalem à concessão de terras públicas. E, para este caso, a Constituição determina que toda transferência de domínio acima de 2.500 hectares seja autorizada pelo parlamento.

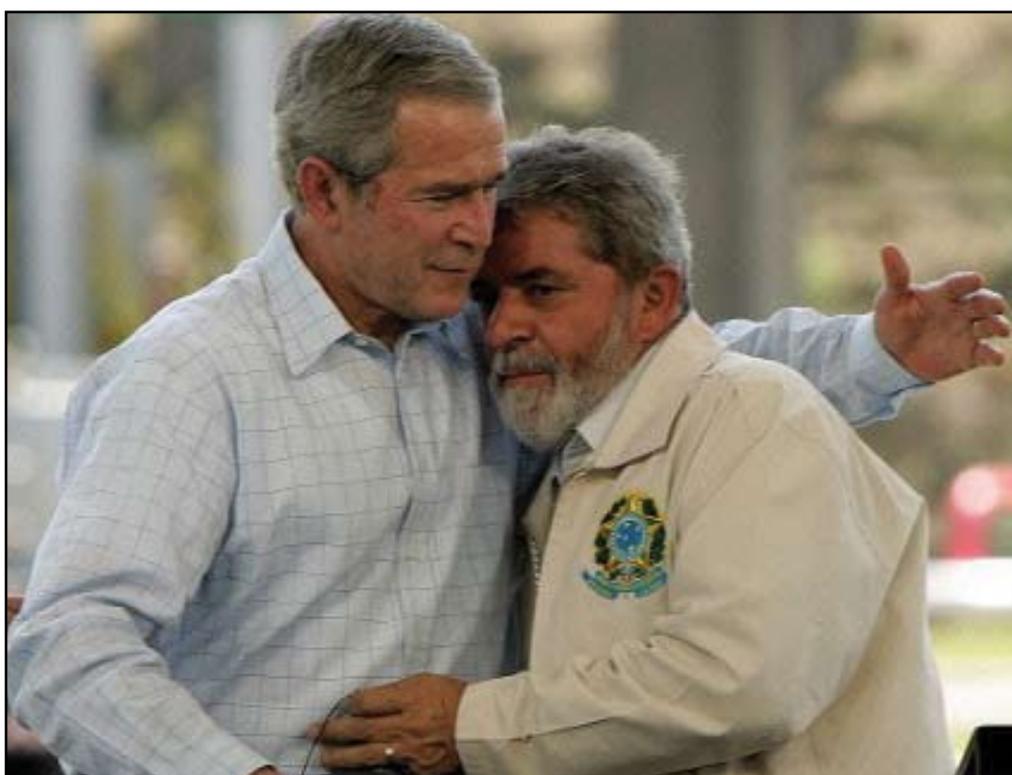
O senador Pedro Simon (PMDB/RS) declarou que a proposta que trata a concessão de florestas públicas, transformada na Lei 11.284 em março de 2006, "foi no mínimo, uma das mais discutíveis que já transitaram no Congresso Nacional, além de ter sido aprovada sem o necessário aprofundamento do debate."

Pelos próximos 60 anos os gringos poderão explorar e sugar livremente todas as riquezas naturais, encher os bolsos de dinheiro e depois deixar só o buraco, aumentando ainda mais a miséria e a pobreza do país.

Somente uma grande mobilização nacional poderá impedir que a floresta seja entregue a grandes consórcios e empresas que embora tenham nome e representantes no Brasil, possuem capitais de potências estrangeiras.

Os imperialistas ianques, japoneses e europeus, invadem e destroem países como fazem no Iraque, devastaram e saquearam o continente africano, agora vão proteger nossas florestas?

Seria o mesmo que colocar as raposas para tomar conta do galinheiro. 🐺



Bush visita o Brasil em 2007 e é abraçado pelo seu gerente Luis Inácio. Com a licitação de florestas o governo pretende entregar grandes extensões do nosso território aos gringos